

SOCIEDADE TECNOLÓGICA, CONSUMISMO E PROLIFERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO - Concepções de Pierre Bourdieu

Alessandra Ramos da Silva Oliveira¹

Resumo

Pierre Bourdieu criou várias obras que podem ser usadas para entender melhor as escolas e sua relação com a sociedade, sendo a reprodução a que mais contribui para a exibição destas ideias. Esses trabalhos avançam teorias sobre os sistemas educacionais, afirmam e demonstram o papel das escolas na reconstrução das desigualdades existentes, sua pesquisa visa desvendar esses mecanismos e fornecer respostas para os problemas sociais existentes no mundo. Este estudo tem como objetivo descrever e identificar o elemento sociedade tecnológica, o consumo exigido pela tecnologia, o homem enquanto produto, a ideologia das competências e as desigualdades existentes nos ambientes sociais e escolares. Baseia-se na teoria de Bourdieu sobre o papel das escolas, reflete o papel das escolas diante da desigualdade social e explica os diferentes mecanismos de reprodução. Trata-se de um estudo bibliográfico por meio de revisão de literatura e análise de informações observadas, cujos objetos são de natureza qualitativa. O diálogo entre autores que analisam os mecanismos de dominação social e aqueles que analisam a possibilidade de formação de agentes politizados para alcançar o consumo consciente traz reflexões importantes para a investigação do contexto atual. A escola, como instituição formal de difusão do conhecimento da composição social, muitas vezes parece contradizer a função e o objetivo proposto.

Palavras-chave: Consumismo. Desigualdades Sociais. Educação.

Abstract

Pierre Bourdieu created several works that can be used to better understand schools and their relationship with society, with reproduction being the one that most contributes to the exhibition of these ideas. These works work with theories about systems, identical and increasingly with schools in the configuration of inequalities and that can be transformed into inequalities of destiny, even in increasingly unequal ones. This study aims to describe and identify the element of technological society, compulsory consumption by technology, man as a product, the ideology of competences and existing inequalities in social and school environments. It is based on Bourdieu's theory of the role of schools, reflects the role of schools in the face of social inequality and explains the different mechanisms of reproduction. It is an analysis of the literature reviewing observed information, and analysis of authors of a particular nature of study and analysis among those who analyze study mechanisms and analysis of study mechanisms that are analyzed by those agents of study ability. consumption brings important current awareness to the investigation of the context. The school, as a formal institution for the dissemination of knowledge of the social composition, often seems to contradict the function and the proposed objective.

Key words: Consumerism. Social Differences. Education.

¹ Mestranda da Faculdade de Inhumas (FacMais) no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Educação

Fonte de financiamento: Própria

Conflito de interesse: Não

E-mail do autor-correspondência: alessandra@aluno.facmais.edu.br

Data de recebido. 28/12/2022

Data de aprovado. 31/12/2022

Editor: Marcelo Máximo Purificação.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho conduz a um estudo bibliográfico dos mecanismos de sociedade tecnológica, consumismo e proliferação das desigualdades sociais identificados pelo sociólogo Bourdieu em seu estudo sobre as instituições escolares. Esses mecanismos existem no processo educacional, tanto para ajudar a reproduzir as desigualdades existentes na sociedade no ambiente escolar quanto para legitimar aquelas desigualdades que se originam de seu destino final.

O estudo sobre as instituições escolares ajuda a refletir sobre a experiência de ser aluno de escola pública, levantando questões como: por que alguns alunos da turma aprendem mais facilmente e outros não? Inclusive, qual o motivo de professores ou funcionários da escola valorizarem determinados alunos, menosprezarem outros e criticarem severamente um determinado grupo? No entanto, isso tende a mudar no ensino superior, e quando esses fatos são expostos à teoria de Bourdieu, reflete-se criticamente sobre a experiência adquirida no ensino fundamental.

Esse tema está claramente representado no currículo da sociologia da educação, para responder a essas questões, este estudo tem como objetivo descrever e identificar o elemento sociedade tecnológica, o consumo exigido pela tecnologia, o homem enquanto produto, a ideologia das competências e as desigualdades existentes nos ambientes sociais e escolares. Baseia-se na teoria de Bourdieu sobre o papel das escolas, reflete o papel das escolas diante da desigualdade social e explica os diferentes mecanismos de reprodução.

A percepção da fragilidade desse discurso diante da realidade vivenciada, e dos questionamentos que a acompanham, é o ponto de partida para uma exploração aprofundada do assunto, a partir de uma maior compreensão dessas desigualdades, os pensadores Pierre Bourdieu e suas reflexões sobre a realidade escolar.

É de conhecimento geral que a desigualdade é um problema social, pode ser encontrada de diferentes formas, seja econômica, racial ou de gênero, e de



fato existe nos espaços onde há a maioria das relações humanas. As escolas não são exceção, e esse problema pode ser observado nos mais diversos momentos e lugares do processo educativo.

A escola é uma instituição criada pela sociedade para socializar o conhecimento de forma sistemática e garantir que ele seja repassado às gerações futuras. Teoricamente, o objetivo das escolas é proporcionar uma educação formal que permita aos alunos adquirir consciência e responsabilidade pelo valor e a natureza da vida, formá-los emocional, cognitiva e fisicamente cidadãos aptos a viver em sociedade. Lôbo (2016) afirma que na década de 1960 em estudos sobre herança cultural familiar, Bourdieu reconhece a escolarização como um lócus de reprodução das desigualdades sociais e não de igualdades de oportunidades como até então se divulgava.

No entanto, quando confrontados com as reflexões de Bourdieu (1970) sobre a prática, há uma clara contradição entre o posicionamento das instituições escolares e a prática. Possivelmente devido à inércia cultural, a sociedade atual continua a ver o sistema escolar como um fator de mobilidade social, alinhado com a ideia de “fora da escola” o chamado talento ou certa habilidade que não provém da escola, tudo pelo contrário tende a sugerir que é um dos fatores mais eficazes na proteção social porque confere às desigualdades sociais a aparência de legitimidade e sanciona a prática de tratar o patrimônio cultural e as dádivas sociais como dádivas da natureza.

Considerando o papel que a escola assume na sociedade, é necessário refletir sobre como essa educação não é prestativa ou cooperativa para que todos os indivíduos possam de fato adquirir todos os direitos que a escola pretende proporcionar, pois não é propícia à mobilidade e à formação global da inserção social que permite ao sujeito participar e intervir na construção de uma sociedade mais justa.

1. A função social da escola



Para discutir a função social da escola, primeiro há de se examinar brevemente o que é educação e como suas funções se configuram de acordo com cada sociedade existente. A educação é uma realidade dada a todos, seja em casa, na rua, na igreja, sempre há um sentido de como aprender, como viver, como saber e fazer as coisas. Isso acontece naturalmente nos relacionamentos que existem na vida.

Logo, pode-se afirmar que existem vários modelos de educação, pois cada sociedade encara a educação de uma forma diferente para poder atender suas particularidades. A educação se dá por meio das relações entre os indivíduos, nas quais se transmitem importantes saberes, cercados pelo imaginário ideológico inerente a cada família e a cada sociedade. Então existem vários modelos e programas educacionais que são estabelecidos e construídos de acordo com o que cada sociedade considera os interesses, por exemplo, o modelo educacional da classe social burguesa é diferente da classe proletária, pois ambas têm um modo de vida próprio.

Uma escola é uma instituição social projetada para atender a metas e expectativas sociais. Portanto, diferentes sociedades terão diferentes modelos de escola, e todos serão educados, ajustados e adaptados à disciplina de acordo com suas necessidades. Portanto, quando se pergunta a função social de uma escola, primeiro precisa-se identificar o contexto social em que a escola está inserida.

De um modo geral, a educação e a função social da escola estão diretamente relacionadas com os objetivos legítimos que a sociedade estabeleceu para a finalidade para a qual foi criada, a saber, que a expectativa da escola na sociedade atual é formar o maior número possível de cidadãos.

O artigo 205 da Constituição de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e uma obrigação do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada em cooperação com a sociedade para alcançar o pleno desenvolvimento do ser humano, a fim de exercer sua autonomia, cidadania e sua elegibilidade para o trabalho.



Como complemento, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) afirma que a educação básica deve visar a formação humana e o desenvolvimento global, isso significa entender as complexidades e não linearidades desse desenvolvimento e quebrar suas visões reducionistas preferidas.

Pode-se observar que a função da escola não é apenas formar indivíduos para o ingresso no mercado de trabalho, mas também desenvolver disciplinas históricas, políticas e autônomas capazes de pensar e refletir sobre seu meio e viver em sociedade.

Nessa perspectiva, o papel da escola é a disciplina que desenvolve seus potenciais físicos, cognitivos, emocionais e motores de forma contextualizada por meio de conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores, capacitando-os a fazer parte da sociedade em que vivem. .Parte e sujeito, participante.

1.1 Desigualdade Na Sociedade

A desigualdade pode ser proporcional ou equilibrada entre si em um contexto e condição. De acordo com o Dicionário Online Português, a desigualdade é "caráter e condições da desigualdade: desigualdade de condições". A desigualdade é um grande problema social que é difundido e afeta a população mundial.

A desigualdade pode ocorrer em todos os aspectos das relações interpessoais, aspectos econômicos relacionados à distribuição de renda, desigualdades raciais em oportunidades entre raças, desigualdades regionais e de gênero. Quando um está em posição privilegiada, torna-se desigual a outro, e outro pode ou não ser igual a outro. Em outras palavras, a diferença é um fator natural, enquanto a desigualdade é uma situação criada e perpetuada em um contexto social. Essa situação não é determinada por fatores naturais, mas por relações de poder que podem ser mais controladas e exercem influência, dando-lhes vantagem sobre outras. (MARTINS, 2019).

Rousseau vê a desigualdade de duas perspectivas:



Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles (Rousseau, 2001, p. 38-39).

A desigualdade social pode ser descrita como um conceito sociológico e econômico que especifica as diferenças entre as classes sociais. Nesse sentido, a desigualdade social é uma desigualdade que privilegia um grupo social e restringe outro. O maior determinante desse problema é a disparidade econômica entre as classes sociais, portanto, quanto mais distantes estiverem esses grupos, maior a desigualdade entre eles.

Nessa linha, Marx trouxe o preconceito da divisão de classes, como a “mola” propulsora da classe dominante, e a dor que essa desigualdade criou. Para ele a desigualdade social é um fenômeno, uma ferramenta para manter a dominação estabelecida sobre os outros. Uma manifestação concreta dessa desigualdade é a forma como a renda é distribuída, onde o dinheiro e o poder estão mais concentrados em uma pequena parcela da sociedade, enquanto o restante da população, mesmo a maior, divide o restante.

1.2 Desigualdade no Ambiente Escolar

Este estudo visa evidenciar as relações sociais que se refletem nos espaços escolares onde, como observado acima, as relações de poder estabelecidas levam à perpetuação das desigualdades sociais, que podem persistir ou desaparecer. A educação é um direito inalienável do indivíduo e, portanto, o Estado deve garantir que todos tenham acesso a uma educação gratuita que lhes permita desenvolver-se plenamente, tornar-se cidadãos e qualificar-se para o mercado de trabalho.

É importante abordar oportunidade e persistência, qualidade e equidade, bem como o impacto da validação de escolas e contextos socioeconômicos e



culturais. Há algumas coisas a serem consideradas quando se deseja colocar a qualidade da educação em sua agenda. De fato, o valor fundamental de uma escola de qualidade é a garantia do direito de aprender. (BAQUEIRO, 2015 p. 33). Para garantir esse direito à aprendizagem, todos devem ter igual acesso à educação, mas isso ainda não foi alcançado.

Segundo Carvalho (2004), os grupos mais afetados pela falta de oportunidade e o chamado fracasso escolar são os grupos economicamente desfavorecidos, mulheres e negros. A desigualdade nas escolas é resultado de processos políticos, econômicos e sociais que privilegiaram consistentemente as elites, excluíram e impediram que pobres e negros se destacassem na sociedade. A expansão do número de matrículas é uma grande conquista, mas a incapacidade do sistema educacional de se adaptar à demanda impede que as escolas ofereçam educação de qualidade.

Para Baqueiro (2015), quando se considera o ambiente escolar público de diversidade estudantil em relação à cor, etnia e nível socioeconômico, é importante considerar a capacidade de prestar serviços diferenciados para cada indivíduo conforme a necessidade.

2. PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Pierre Bourdieu é um sociólogo que critica os mecanismos reprodutivos da desigualdade social. No século XX, a escola pública era vista como um símbolo de mobilidade garantindo a todos a chance de competir de forma justa e equitativa. A ideia de que as escolas desempenhariam um papel neutro mudou na década de 1960, quando os dados de pesquisas mostraram que a educação de um aluno tinha um impacto maior no destino de uma escola do que o talento de um indivíduo. Os números também abalaram a confiança inicial no poder transformador das escolas. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.16).

Bourdieu é capaz de analisar os indivíduos como produtores e produtos sociais e históricos de forma estruturada.

A cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à



condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 1996, p. 21).

Diante dessa situação, Bourdieu propôs uma teoria para explicar os problemas encontrados na escolarização que as explicações anteriores não conseguiam elucidar. Segundo Nogueira e Nogueira (2002), que viam igualdade de oportunidades, meritocracia e justiça social, Bourdieu passou a ver a reprodução e legitimidade da desigualdade social. Na teoria de Bourdieu, a educação perde seu papel designado como instância de mudança social e democratização, e é vista como uma das principais instituições que mantêm e legitimam o privilégio social.

Bourdieu desenvolveu novas teorias sobre o sistema educacional e seu papel em uma sociedade cada vez mais injusta e desigual. Por meio desses estudos, os sociólogos não apenas atualizam ideias anteriormente geradas por sociólogos e filósofos, que têm embasamento teórico de escritores como Weber e Marx.

Bourdieu e Passeron (1970) estudam a democratização das escolas e da cultura, observando o impacto da formação cultural de um indivíduo na aprendizagem do conhecimento fornecido pela escola. Os autores apontam que certas pessoas de classes sociais são mais propensas a aprender porque estão mais bem preparadas para a escola. Ao contrário do corpo principal desses grupos, eles têm baixas expectativas em relação às suas escolas, aos que os cercam e às suas famílias, e também dizem que o sucesso ou fracasso das escolas depende mais de fatores culturais do que econômicos.

O autor criou várias obras que podem ser usadas para entender melhor as escolas e sua relação com a sociedade, sendo “A reprodução” a que mais contribui para a exibição destas ideias. Esses trabalhos avançam teorias sobre os sistemas educacionais, afirmam e demonstram o papel das escolas na reconstrução das desigualdades existentes e ajudam a transformar essas desigualdades iniciais em desigualdades de destino, mesmo em um mundo cada vez mais desigual. Embora o trabalho seja dividido em duas partes, teórico e



prática, como disse o próprio autor, elas não podem ser separadas, pois somente o estudo do campo (espaço de relações objetivas entre indivíduos) da experiência é possível desenvolver uma estrutura teórica.

Assim, a obra de Bourdieu e Passeron (1970) demonstra os mecanismos de reprodução que as escolas utilizam de forma oculta em suas práticas pedagógicas para reproduzir e manter as relações de classe existentes na sociedade. A partir dessas teorias, tomaram como objeto de análise o sistema educacional francês. Apesar de seu desenvolvimento ao longo do último século, continua sendo uma questão muito real e que merece maior atenção dos envolvidos na relação entre escola, classe social e prática educativa.

3. DIÁLOGO SOBRE CONSUMISMO NA EDUCAÇÃO

Com o advento da ciência moderna e a Revolução Industrial do século XVIII, a vida social, econômica, industrial e ambiental começou a mudar drasticamente: os produtos eram fabricados mais rapidamente, morriam mais facilmente, produzidos em maior quantidade, retirados facilmente de cena e os mercados se expandiram. No contexto do rápido desenvolvimento de uma sociedade industrializada, a popularização dos estilos de vida e a popularização do consumo capitalista tornam a relação entre as pessoas e o consumo um importante fator de pesquisa.

Dessa forma, o sujeito deve ter condições de obter o capital cultural necessário para realizar o trabalho de apropriação indébita que conduz ao desenvolvimento da sociedade humana. (BOURDIEU, 2008). Na visão de Bourdieu (2008), o uso das propriedades técnicas dos objetos não será universal, pois a posse de objetos técnicos não acontece igualmente para todos os indivíduos, dependendo de uma combinação de um conjunto de hábitos e conhecimentos. Se as apropriações tecnológicas negociadas de acordo com o campo da prática social são estruturalmente influenciadas por objetivos e tendências estruturais, elas se atualizam e tendem a replicá-las como hábito dos



sujeitos socialmente construídos. Facilmente atribuído como campo de produção tecnológica e o campo de consumo da tecnologia.

O ato crítico de consumo de produtos torna-se objeto de pesquisa das ciências sociais. Da década de 1970 à década de 1990, surgiu o conceito de “consumidores conscientes”, ou seja, de acordo com a qualidade dos produtos, uma marca é selecionada em detrimento de outra, a fim de gerar demanda diferenciada para os empreendimentos produtivos. (BASGÖZE, 2012).

Em geral, o “culpado” do consumismo e proliferação das desigualdades é atribuído ao comportamento de consumo das principais instituições. No entanto, diferentes aspectos podem ser observados: se por um lado, empresas e organizações internacionais culpam os indivíduos; por outro lado, pesquisas demonstram o papel das indústrias e empresas nos padrões de consumo individual e os responsabiliza. (FONTENELLE, 2013).

Pode-se pensar o consumo a partir de duas perspectivas coexistentes. O consumo como sendo uma atividade que abastece diariamente os lares de bens e serviços. (PORTILHO, 2005). Ou como atividade que traz um senso de pertencimento social aos sujeitos. Não só isso, o consumo torna-se uma forma de diferenciação: quem consome determinadas marcas e produtos e quem não consome. (BOURDIEU, 2013).

Independentemente da perspectiva, o consumo ocorre segundo um hábito de produto histórico que produz práticas individuais e coletivas. (BOURDIEU, 2012). É a materialização da memória coletiva, que garante que a prática seja consistente e não mude ao longo do tempo. Sobre a distinção do espaço social, Bourdieu (2008) destaca que o consumo cultural é sinal de diferenças de classe, produtor e produto de diferentes espaços. Em suma, diferenças de capital cultural marcam diferenças entre classes (BOURDIEU, 2008) e, portanto, também diferenças de apropriação.

O comportamento de consumo, crucial para o ser humano, é diferente do consumismo, que traz consigo o conceito capitalista de produção e consumo. Na ausência de princípios racionais sobre como agir e lidar com certos problemas cotidianos, as pessoas agem por meio da “razão prática”, um conjunto de



comportamentos fornecidos pela lógica social (BOURDIEU, 2012). Indivíduos normalmente consomem de certa maneira sem questionar o porquê.

A escola, em particular, possui capacidades diferenciadas em termos de exposição de longo prazo a um grande número de temas. Para compreender a materialidade das relações sociais, é importante reconhecer os mecanismos de dominação em questão. Compreender a composição dos grupos de consumidores pode ajudar a orientar ações, como as práticas de escolarização, que muitas vezes envolvem professores, alunos e comunidade escolar. Mesmo os formadores de professores que às vezes não têm essas reflexões durante a formação inicial devem fazer perguntas sobre essas práticas.

É importante entender o consumo como uma forma de os indivíduos se sentirem parte da sociedade e ganharem status social. Bourdieu (2013) apontou que o gosto e o consumo das pessoas estão relacionados ao seu nível econômico. No entanto, não importa a que classe pertençam, as pessoas vivem na mesma sociedade e são caracterizadas pelo que consomem. Nesse sentido, é preciso refletir que os bens que permitem uma vida digna não pressupõem uma expansão infinita do consumo pessoal e social. (ABRAMOVAY, 2012, p.52). A emergência de uma consciência social crítica deve desafiar a dinâmica central do consumismo.

Supondo que os cidadãos deixem de usar produtos, por causa dos impactos ambientais que eles causam. Isso parece uma premissa falsa, pois os consumidores geralmente não têm acesso a essas informações, e quando o fazem, podem não ser capazes de entendê-las. Além disso, o ajuste ambiental de todo o processo de produção de uma determinada mercadoria significará inevitavelmente um aumento de custo, que às vezes o consumidor não está disposto a pagar. Outro aspecto discutido é que é ingênuo pensar que a mudança pessoal terá impacto nessa situação estrutural. (LOUREIRO, 2012).

O consumo sustentável envolve múltiplas variáveis com contornos mais complexos, por isso é preciso considerar todo o processo produtivo até o momento do consumo, politizando a prática do consumo, levando em consideração a ação coletiva. Com essas restrições, outros conceitos foram



articulados, como a proposta do "consumidor sustentável", que enfatiza a necessidade de ação coletiva (não apenas individual) além de mudança política e institucional (não mais apenas na produção). (PORTILHO, 2005), o autor defende o uso desses termos pois precisa refletir não apenas "como" o recurso é utilizado, mas também "quanto", como gastos em produção e energia podem diminuir, mas se a produção e o consumo não diminuir, a pressão sobre o ecossistema continuará aumentando. (ABRAMOVAY, 2012).

A politização das práticas de consumo apresenta elementos como a reorganização das esferas pública e privada no debate e no comportamento do consumidor, o que abre novos espaços de negociação entre a vida individual e coletiva (PORTILHO, 2005). Os autores observam que essas práticas devem ir além do silêncio do consumidor e abraçar novos valores comportamentais na rede social a que todos pertencem. Os consumidores podem ampliar sua ação política, existir como sujeitos políticos diante das questões ambientais e atuar em uma esfera micro-pública de negociação e discussão da ação.

A partir dessa politização, o consumo é entendido como uma atividade humana, uma atividade cotidiana, necessária à sobrevivência para que os consumidores se organizem uns com os outros para criar formas mais autônomas de expressar suas opiniões. (PORTILHO, 2005).

EDUCAÇÃO CRÍTICA E CONSUMO

As escolas muitas vezes "vendem" o conceito de "qualidade de vida" ou "sustentabilidade" de forma superficial. O consumo consciente, à medida que se espalha na política governamental, no discurso ambiental e nos grandes negócios, torna-se uma ilusão, pois mesmo que se tente consumir "verde", nem sempre parece possível equilibrar o progresso tecnológico e o problema do consumo.

A sociedade tecnológica, geralmente baseada em dispositivos microeletrônicos, é pensada para suportar uma nova forma de linguagem - a linguagem digital - associada a mudanças nos processos de pensamento



humano. Surgem daí novos produtos discursivos e novas formas de interação social – como o surgimento de narrativas hipertextuais em sites ou videogames e as redes sociais na internet.

Dadas as mudanças na estrutura social trazidas pela sociedade tecnológica, consumismo e proliferação das desigualdades sociais, pode-se supor que há uma forma de avaliar gradualmente tipos típicos de culturas ou como elas são tratadas na vida cotidiana. É justo dizer que a forma como a tecnologia, o consumismo e a proliferação das desigualdades sociais são apropriadas está mais ou menos relacionada à classe social.

Quando Bourdieu (1987) falou que a autonomia no processo de produção intelectual segue a lógica da racionalização moderna comentada por Weber, contando com a criação de consumidores de massa, a produção de mecanismos de bens simbólicos para que os produtores criem e contribuam com obras culturais, acredita-se que existe um campo relativamente autônomo da sociedade tecnológica. Esse campo de produção é constituído por uma classe de sujeitos sociais diferenciados/especializados.

O campo da sociedade tecnológica pode ser entendido como o campo da cultura comunitária livre, incluindo a participação no ciberespaço, como atualização e criação de blogs, e participação em redes sociais, que muitas vezes exigem mais capacidade interpretativa dos usuários, o que pode torná-los consumistas e proliferar as desigualdades sociais.

Em particular, há uma grande contradição com a produção e disseminação da tecnologia. Consumir bens simbólicos da mídia digital requer aprender e decifrar a linguagem digital, mas pode ir muito além, pois a mídia pode ser produzida no caso de consumismo e proliferação das desigualdades sociais através de esquemas perceptivos que permitem a apropriação.

No entanto, essa "verdade" ubíqua torna-se legítima, concretizando um hábito relativamente homogêneo, não apenas subjetivo, mas também de "objetividade internalizada". Valores e ações como o consumismo são tacitamente integrados por diferentes sujeitos, como se fossem o único modo de vida possível na sociedade moderna. A violência simbólica justifica-se com o



consentimento tácito de quem a vivencia e dos usuários regulares, desde que nenhuma das partes tenha conhecimento de que está cometendo ou sofrendo violência. (BOURDIEU, 1997).

Bourdieu e Passeron (1970) falam em arbitrariedade cultural, o que significa que nenhuma cultura ou conhecimento pode ser objetivamente definido como superior a outro. No entanto, a classe dominante consegue transformar a arbitrariedade cultural em cultura legítima a partir das relações de poder entre as classes sociais que existem na sociedade. A cultura escolar, ou comunicação midiática ou conhecimento de valores e legitimidade social definidos pelo governo, é basicamente uma cultura legítima imposta arbitrariamente pela classe dominante.

Para impor uma arbitrariedade cultural, é necessário ignorar a arbitrariedade. O que a sociedade impõe deve ser escondido.

[...] Numa formação socialmente determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada de legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante [...]. (BOURDIEU; PASSERON, 1970, p. 45).

Se a arbitrariedade cultural é incutida sem dúvida, ela promove a dominação voluntária em vez de consciente. Essas mídias regenerativas, como as escolas, obscurecem suas práticas de ensino, criam a falsa impressão de neutralidade e dominam com eficácia. O reconhecimento desses mecanismos e a revelação dessa relação de dominação tornam-se estratégias de luta para mudar as estruturas e hábitos sociais. Princípios de conhecimento que geram intenções comportamentais são condições necessárias para a transformação social. Vale a pena mencionar que:

As tomadas de posição [...] vão depender da posição que ocupam na estrutura do campo. Em outras palavras as decisões serão determinadas pela distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não, e que através das mediações constitutivas do seu habitus, vai determinar a inclinação para manter ou subverter as regras do jogo. (SILVA, p. 38, 2013).

A consciência dos atores sobre a violência simbólica que lhes é infligida é a base para reconhecer a arbitrariedade do conhecimento imposto. Por



exemplo, as escolas têm um caráter dual, reproduzindo os hábitos do consumismo e seus opostos, questionando e conscientizando. Uma instância desse tipo de ensino pode ser um ambiente para a construção de novos hábitos e, por sua natureza histórica, o destino não é único. (BOURDIEU, 2003).

METODOLOGIA

Este artigo discute e apresenta as ideias de Bourdieu sobre a relação entre instituições educacionais e a reprodução da desigualdade social, por meio de uma revisão de literatura. Assim, estabelece-se um aparato teórico por meio do qual as principais teorias dos autores podem ser compreendidas e sintetizadas. Parte-se da hipótese de que a formação humana não se origina exclusivamente do espaço escolar, mas das atividades educativas de outros grupos sociais que estão envolvidos no processo de socialização que contribui para a formação de hábitos e gostos.

O ser humano se forma com o desenvolvimento das relações sociais, a experiência social e seus grupos de especificidade, ou seja, desenvolve-se apenas dentro de um grupo cultural (VIGOTSKI, 2001). Assim, na fase de pesquisa, procurou-se descrever os temas nos contextos em que estavam inseridos, principalmente nas escolas e atividades cotidianas.

A pergunta que norteia a discussão é: "Que questões sociais e tecnológicas podem ser consideradas sobre o tema?". Para facilitar a discussão do consumismo, fez-se pesquisas em sites de artigos e revistas acadêmicas como Google academic e Scielo com palavras-chave que possam analisar as perspectivas dos sujeitos e seu comportamento como consumidores.

Primeiramente, apresentou-se reflexões teóricas sobre conceitos de Bourdieu (1997; 2012; 2013) e Bourdieu e Passeron (1970), facilitando um diálogo com as categorias construídas por Portilho (2005). Em seguida, analisou-se as respectivas teorias de Bourdieu, e estabeleceu-se a relação teórica entre elas para atingir o objetivo geral desta pesquisa e, assim, responder às questões que este artigo pretende solucionar.



Trata-se de um estudo bibliográfico por meio de revisão de literatura e análise de informações observadas, cujos objetos são de natureza qualitativa, a revisão da literatura é um pré-requisito essencial para a realização de qualquer pesquisa, seja ela bibliográfica ou empírica. No caso da pesquisa bibliográfica, como preconizam Lima e Miotto (2007), é necessário identificar teoricamente o objeto de pesquisa e fornecer elementos que facilitem a análise das informações, não fazer apenas simples observações. Esses elementos devem ser observados, pois nesse tipo de pesquisa é necessário desenvolver uma compreensão crítica das implicações presentes nas informações observadas.

RESULTADOS

O diálogo entre autores que analisam os mecanismos de dominação social e aqueles que analisam a possibilidade de formação de agentes politizados para alcançar o consumo consciente traz reflexões importantes para a investigação do contexto atual. Entender o ser humano como consumidor é um ponto de partida para discutir os padrões e limitações desse consumo. A constituição do sujeito, assim como a formação de gostos e hábitos, acontece de forma social e histórica, e a sociedade atual está repleta de uma cultura de consumo frívola que busca satisfazer o que culturalmente se apresenta como insaciável.

Pensar em possibilidades de formação e práticas de politização dos sujeitos na sociedade faz parte do processo de formação humana na perspectiva crítico-reflexivo. Desse modo, a utilização desse diálogo em uma pesquisa aplicada, como apresentada aqui, possibilita pensar em desdobramentos para a ação dos sujeitos na sociedade. Em específico, as licenciaturas precisam assumir o papel de formar professores aptos a lidar criticamente com a questão ambiental e o consumo responsável.

A falta de discussão e atuação sistemática sobre as questões sociedade tecnológica, consumismo e proliferação das desigualdades sociais na educação foi citada como fator limitante na conceituação do tema. Isso pode ser observado



por meio deste estudo, em que os indivíduos só conseguem reproduzir frases típicas da mídia que não conduzem a análises mais complexas da realidade.

Com base na pesquisa, é importante ressaltar o reconhecimento das ideias espontâneas dos alunos, pois as instituições escolares não são as únicas responsáveis pelo processo de socialização e formação cultural, e a influência de outras instituições precisa ser considerada ao se pensar as ações. Esses discursos são importantes para a construção de uma compreensão do consumo consciente.

Por exemplo, na perspectiva da manutenção e "naturalização" da relação entre produção e consumo, é muito provável que a mídia distorça os fatos e apresente uma ideologia que sirva à reprodução e expansão do capital. Nesses discursos, prevaleceu uma abordagem superficial e sensacionalista das questões sociais. É ingênuo pensar que será diferente, afinal os interesses econômicos formam uma espécie de oferta de mercado cultural, e constituem um hábito. Estilos comportamentais, gostos, visões de mundo e cultura de consumo são usados para regular o comportamento individual.

No entanto, a informação da mídia não chega a todos, que a recebem de forma desigual. O significado é construído em complexas relações de diálogo. Acredita-se que a adoção de conceitos científicos que levem em conta a complexidade do assunto pode ajudar os sujeitos a se conscientizarem dos hábitos criados pelo conhecimento e experiência que possuem e se enxergarem como sujeitos ativos que podem fazer perguntas ao invés de apenas se adaptarem a elas.

Embora seja preciso ter em mente que o debate sobre quem é responsável pelas questões ambientais não é exaustivo, o surgimento de movimentos organizados de consumo mostra que os professores (como formadores de opinião) estão cada vez mais conscientes da importância de como os indivíduos se encaixam no processo. Mesmo que as soluções diretas sejam ineficazes por sua natureza estrutural, o processo de formação pode ajudar os sujeitos a se entenderem como participantes na tentativa de construir uma sociedade com maior justiça socioambiental. Devido à natureza interdisciplinar



deste tema, ele pode ser abordado em qualquer sessão de treinamento pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que, a partir das reflexões acumuladas no trabalho, a escola, como instituição formal de difusão do conhecimento da composição social, muitas vezes parece contradizer a função e o objetivo proposto. Embora a formação global do sujeito seja a principal função para ajudar a construir uma sociedade mais justa, o que se vê na prática é diferente, e a crescente desigualdade que existe no país mostra que ainda estamos longe de alcançar uma sociedade mais justa.

Bourdieu é um sociólogo cujo trabalho aborda os problemas sociais da desigualdade, por isso desenvolve teorias que visam entendê-los. Seu trabalho é, assim, direcionado à educação, e mais precisamente às escolas, o autor pôde descobrir por meio de pesquisas, que as escolas também possuem um sistema de reprodução que promove mais legitimidade da desigualdade do que da mobilidade.

Por meio de sua pesquisa, Bourdieu desenvolveu uma teoria dos sistemas educacionais denominada mecanismos reprodutivos, a partir da qual destaca-se a violência simbólica, os hábitos, o capital cultural e a proteção social. Elementos importantes da prática escolar, desde a integração dos alunos no ambiente escolar até a sua formação.

Este tema é importante para a formação profissional e pessoal, pois tem se mostrado uma ferramenta para investigar e refletir sobre o que foi aprendido nos cursos de sociologia da educação, levando a uma melhor compreensão das experiências dos alunos na vida escolar. Portanto, diante das reflexões acumuladas ao longo do artigo, a escola é uma instituição que, contrariando a ideia de garantir igualdade de oportunidades para todos, se apresenta como uma instituição promotora da reprodução, que também se inclui.



A pesquisa de Bourdieu aponta para uma relação entre a origem social dos estudantes e seu desempenho escolar. Cada um carrega a bagagem que é um legado familiar que orientará sua atitude diante das diferentes situações que vivencia. Para o autor, o capital cultural representa gosto, cultura, proximidade com aprendizado e domínio da língua.

Portanto, quanto mais próximo o capital cultural de um aluno estiver da cultura valorizada pela escola, melhor será seu desempenho acadêmico. Aqueles com a cultura preferencial terão mais facilidade devido ao contato pré-existente com a cultura valorizada pela escola, enquanto aqueles das classes mais degradantes terão mais dificuldade devido ao maior distanciamento das disciplinas ministradas pela instituição.

Isso mostra que a escola valoriza e divulga o que julga ser a melhor cultura, que é impor uma arbitrariedade cultural, mas impõe o mesmo que a classe dominante. Essa coação é realizada de forma sutil, pois as pessoas envolvidas desconhecem que estão realizando esse comportamento caracterizado pela violência simbólica. Nesse sentido, a escola é um campo social em que há relações entre os indivíduos e como todo campo tem princípios e regras a serem seguidas, portanto valorizando certos hábitos.

Conclui-se que, por meio desses mecanismos, as escolas não proporcionam a todos a oportunidade de receber uma educação de qualidade capaz de mudar e mobilizar suas realidades sociais. Trata as diferenças iniciais de forma igualitária, independentemente das necessidades de cada indivíduo ou de suas dificuldades com o conteúdo do curso. Isso levará ao destino de cada estudante, pois ao replicar no ambiente escolar o que a sociedade decidiu, a escola ajuda a manter a desigualdade social.

A obra de Bourdieu constitui um dos mais importantes paradigmas disponíveis para explicar a sociologia da educação. Seu trabalho permanece ativo e inspirador nos mais diversos aspectos do fenômeno educacional. No entanto, sua sociologia foi criticada por dois motivos: sua classificação de classes sociais era insuficiente como critério de diferenciação familiar e o



processo de formação e transmissão de hábitos familiares. (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2002).

O uso de categorias de Bourdieu é amplo o suficiente para capturar algumas das diferenças na forma como as famílias são apresentadas, e o hábito justifica um estudo mais aprofundado, pois não é formado ou transmitido automaticamente. Em resposta a essas questões, autores e críticos da sociologia apontam que, apesar das muitas contribuições de Bourdieu, algumas de suas teorias apresentam certas limitações, deixando espaço para novas pesquisas.

Como todas as ideias, estudos e teorias criadas, nenhuma pode ser considerada perfeita ou completa e sempre enfrentará contradições. Nesse caso, o mais importante é encontrar estudos novos, mais definitivos, atualizados de acordo com as novas realidades, sempre com o objetivo de encontrar alternativas para os problemas encontrados na educação.

Embora este trabalho responda aos objetivos propostos, fica claro que esses tópicos requerem maior aprofundamento teórico por envolverem um assunto complexo. Como autor de fundamentos teóricos cujas pesquisas apresentam certa complexidade de compreensão, há uma clara necessidade de novas pesquisas, investigações de campo que não apenas permitam um confronto entre teoria e realidade, mas também expliquem como esses mecanismos reprodutivos e a legitimidade da realidade continuar no século 21.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.



BASGÖZE, Pinar. **Ethical perceptions and green buying behavior of consumers:** a cross-national exploratory study. Journal of economics and behavioral studies, v.4, n.8, p.477-488, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Questões de sociologia.** Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. **O poder simbólico.** 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **A distinção:** crítica social do julgamento. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

CARVALHO, Marília Pinto. **O fracasso escolar de meninos e meninas:** articulações entre gênero e cor/raça. Revista Brasileira de Educação. Vol.22, 2004: p.247-29

FONTENELLE, Isleide Arruda. O fetiche do eu autônomo: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria. Psicol. Soc., Florianópolis. 2010.

IMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, Florianópolis. 2007.

LÔBO, Daniella Couto . SOCIOLOGIA DE BOURDIEU: TEORIA DE CAMPO, CAPITAL CULTURAL E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS. Revista Mirante (UFG) , v. 9, p. 189-198, 2016.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2012

MARTINS, Fernando. **A diferença entre desigualdade e diferença.** Gazeta do Povo. 2019.

NOGUEIRA, M.M. Carlos; NOGUEIRA, M. Alice. **A sociologia de Pierre Bourdieu:** limites e contribuições. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002.

Portilho, F.. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos EBAPE.BR, 3(3), 1 a 12. 2005.



ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade** (1754). Ebook Brasil, Julho/2001.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. “Crise ecológica e crise(s) do capitalismo: o suporte da teoria marxista para a explicação da crise ambiental”. Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 115-132, jan./jun. 2013.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.